Acordo de REF de 2024

ACORDO DE REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO

RELATIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE
SUBURBANO DE PASSAGEIROS NO EIXO FERROVIÁRIO NORTE-SUL

Entre:

ESTADO PORTUGUÊS, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretivo do IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., João Jesus Caetano, conforme Despacho Conjunto n.º 11297-A/2024, dos Ministro de Estado e das Finanças e Ministro das Infraestruturas e Habitação, de 24 de setembro, adiante designado por “**Concedente**”

e

FERTAGUS – TRAVESSIA DO TEJO, TRANSPORTES, S.A., pessoa coletiva n.º 504 226 320, com sede na Estação do Pragal, Porta 23, em Almada, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada sob o n.º 10476, com o capital social de € 2.744.500,00 euros, neste ato representada por Ana Cristina Fernandes Ferreira Dourado, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, com poderes para o ato, adiante designada por “**Concessionário**”

Adiante individualmente designadas por “**Parte**” e conjuntamente por “**Partes**”

Considerando que:

- A.** A Concessão da Exploração do Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros do Eixo Norte-Sul foi atribuída, pelo prazo inicial de trinta anos, à sociedade FERTAGUS – TRAVESSIA DO TEJO, TRANSPORTES, S.A. (“**Fertagus**”), adjudicatária no concurso público internacional regulado pela Portaria n.º 565-A/97, de 28 de julho, conforme despacho conjunto n.º 731/98, dos Ministros das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de outubro de 1998;
- B.** O Contrato de Concessão da Exploração do Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros do Eixo Norte-Sul, celebrado entre o Estado, na qualidade de Concedente, e a Fertagus, na qualidade de Concessionário (“**Contrato de Concessão**”), previa, em alternativa ao resgate excecional, a possibilidade de renegociação do Contrato no seu todo, caso se constatasse, como veio a suceder, que, durante o período inicial da Concessão, o volume de tráfego não atingisse o limite inferior da banda inferior de tráfego contratualmente fixada;

- C.** Em consequência, o Concedente e o Concessionário optaram por renegociar global e integralmente o referido Contrato de Concessão, tendo sido assinada, após aprovação das Bases revistas da mesma Concessão (constantes do Decreto-Lei n.º 78/2005, de 13 de abril), uma versão renegociada do Contrato de Concessão;
- D.** Nos termos da Cláusula 4.^a do Contrato de Concessão, na versão então renegociada, este deveria vigorar até 31 de dezembro de 2010, admitindo-se a respetiva prorrogação pelo prazo máximo de nove anos;
- E.** Na sequência de novas negociações levadas a cabo entre o Concessionário e a Comissão de Negociação então constituída através do Despacho Conjunto n.º 9954/2010, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças e do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi alcançado um acordo com vista à prorrogação do Contrato de Concessão até 31 de dezembro de 2019;
- F.** Através do Decreto-Lei n.º 138-B/2010, de 28 de dezembro, foram aprovadas as correspondentes alterações às Bases da Concessão, tendo o acordo modificativo do Contrato de Concessão sido celebrado no dia 29 de dezembro de 2010 (“**Acordo Modificativo de 2010**”);
- G.** Em 2013, foi constituída uma comissão de negociação, através do Despacho n.º 15985/2013, de 15 de novembro, do (então) Coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, cujo mandato consistia em renegociar o Contrato de Concessão, tendo em conta o aumento extraordinário do valor da tarifa de utilização da infraestrutura ferroviária ocorrido em dezembro de 2011, que, conjugado com a circunstância de o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (então competente) não ter autorizado a Fertagus a proceder a um aumento extraordinário de tarifas suscetível de compensar o efeito gerado pelo aumento da tarifa de utilização da infraestrutura, motivou a submissão pelo Concessionário de um pedido de reposição do equilíbrio financeiro;
- H.** Esta comissão de negociação de 2013 foi, posteriormente, “substituída” pela comissão de negociação constituída através do Despacho n.º 3064/2018, de 15 de março, da (então) Coordenadora da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, cujo mandato era:
- “a) Implementação de medidas suscetíveis de otimizar o serviço de transporte suburbano ferroviário prestado aos cidadãos e assegurado pela Fertagus, em conjugação com o reforço e melhoria das condições dos serviços prestados, tendo em atenção a necessidade de minimizar os respetivos impactes financeiros para o erário público;*
- b) Quantificação dos impactes financeiros decorrentes do aumento extraordinário da tarifa de utilização da infraestrutura ferroviária, ocorrida em dezembro de 2011;*

c) Procura e implementação de soluções que visem assegurar a convergência e harmonização tarifária com outros modos de transporte existentes na região de Lisboa;

d) Quantificação dos efeitos líquidos decorrentes do congelamento tarifário ocorrido em 2016;

e) Revisão das condições associadas ao contrato de aluguer do material circulante a vigorar durante todo o período da concessão;

f) Outras medidas suscetíveis de gerar acréscimos de eficiência e de eficácia económica e financeira na concessão;
e

g) Desenvolver a avaliação da viabilidade jurídica e do mérito técnico, económico e financeiro associado às diferentes hipóteses de mecanismos de reposição de equilíbrio da concessão, decorrentes do desenvolvimento dos temas anteriores, em respeito pelo princípio de não aumento de despesa para o Estado”.

- I.** O procedimento de negociação conduzido por essa comissão de negociação resultou na celebração do Acordo de Reposição do Equilíbrio Económico e Financeiro em 2019, com introdução de modificações objetivas ao Contrato de Concessão, entre as quais, a prorrogação do contrato até 30 de setembro de 2024;
- J.** Através do Decreto-Lei n.º 174-A/2019, de 18 de dezembro, foram aprovadas as correspondentes alterações às Bases da Concessão, tendo o aludido Acordo de Reposição do Equilíbrio Económico e Financeiro sido celebrado em 26 de dezembro de 2019;
- K.** Recentemente, face a um novo pedido de reposição do equilíbrio financeiro do contrato submetido pelo Concessionário com fundamento na suspensão, por imposição legal, dos pagamentos relativos ao mecanismo de acerto previsto na Cláusula 8.ª-A, do Contrato de Concessão, relativamente aos anos de 2020 e 2021, foi determinada a constituição, para a análise e negociação deste pedido, de uma comissão de negociação, através do Despacho n.º 10923/2023, de 12 de outubro, do Coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos;
- L.** Acresce que, de acordo com o artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril, aplicável por força da alínea s) do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro, na sua redação atual, a reposição teria de ser realizada através da modalidade de prorrogação;
- M.** Na sequência do procedimento de negociação conduzida, com observância do disposto Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, pela comissão de negociação referida no considerando anterior, as Partes chegaram a acordo relativamente à quantificação e ao modo de reparação dos prejuízos imputáveis ao evento gerado da reposição do equilíbrio financeiro do contrato em apreço;

- N.** Este acordo, devidamente documentado, foi sujeito ao procedimento de parecer prévio vinculativo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, nos termos e para o efeito do disposto na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio;
- O.** Em 22 de agosto de 2024, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes emitiu o seu parecer positivo sobre o acordo;
- P.** Por sua vez, mediante despacho conjunto dos membros do Governo com competências nas áreas das finanças e do projeto, de 28 de agosto de 2024, foi aprovado o relatório da negociação e respetiva proposta de acordo de reposição de equilíbrio financeiro apresentados pela referida comissão de negociação, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio;
- Q.** Em 2 de setembro de 2024, foi obtida a pronúncia favorável da IP – Infraestruturas de Portugal, S.A., e confirmada em 23 de setembro de 2024, sobre a viabilidade do programa de exploração que será implementada no período de prorrogação do Contrato de Concessão;
- R.** Através do Decreto-Lei n.º 57-C/2024, de 24 de setembro, foram aprovadas as correspondentes alterações às Bases da Concessão.

Neste contexto, é celebrado o presente Acordo de Reposição do Equilíbrio Económico Financeiro de 2024 relativo ao Contrato de concessão para a exploração do Serviço de Transporte Suburbano de Passageiros no Eixo Norte-Sul (“**Acordo de 2024**”), nos termos da Cláusula 7.ª do mesmo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira **(Definições)**

Os termos e expressões iniciados por maiúsculas utilizados no presente Acordo de 2024, e aqui não expressamente definidos, têm o significado que lhes é dado no Contrato de Concessão na versão resultante da sua última modificação, através do Acordo de Reposição do Equilíbrio Económico e Financeiro de 2019.

Cláusula Segunda
(Alterações ao Contrato de Concessão)

1. O Concedente e o Concessionário acordam em alterar o clausulado do Contrato de Concessão de forma a repor o equilíbrio económico e financeiro do mesmo, nos termos constantes do Anexo I ao presente acordo.
2. As Partes acordam ainda em eliminar as disposições contratuais que se revelam desatualizadas à luz da execução do Contrato de Concessão, sem prejuízo dos direitos e obrigações nelas previstos.

Cláusula Terceira
(Versão consolidada do Contrato de Concessão)

1. Em função das alterações a que se refere a Cláusula Segunda, as Partes acordam que o próprio clausulado do Contrato de Concessão passa a ter a redação e a reger-se, a partir do dia 1 de outubro de 2024, pelos termos constantes da versão consolidada que se junta ao presente Acordo de 2024 como Anexo I e dele fazendo parte integrante («**Contrato de Concessão Alterado de 2024**»).
2. As Partes acordam ainda em proceder à alteração dos seguintes Anexos ao Contrato de Concessão:
 - a)* Anexo 5 ao Contrato de Concessão (“Programa de Exploração, Níveis Essenciais de Serviço e de Qualidade”), cuja versão consolidada encontra-se no Anexo II ao presente Acordo de 2024, o qual passará a constituir parte integrante do Contrato de Concessão Alterado de 2024, para todos os efeitos legais e contratuais;
 - b)* Anexo 6 ao Contrato de Concessão (“Modelo Financeiro”), cuja versão consolidada encontra-se no Anexo III ao presente Acordo de 2024, o qual passará a constituir parte integrante do Contrato de Concessão Alterado de 2024, para todos os efeitos legais e contratuais;
 - c)* Anexo 6-A ao Contrato de Concessão (“Ficheiro de Suporte”), cuja versão consolidada encontra-se no Anexo IV ao presente Acordo de 2024, o qual passará a constituir parte integrante do Contrato de Concessão Alterado de 2024, para todos os efeitos legais e contratuais;
 - d)* Anexo 7 ao Contrato de Concessão (“Tarifário”), cuja versão consolidada encontra-se no Anexo V ao presente Acordo de 2024, o qual passará a constituir parte integrante do Contrato de Concessão Alterado de 2024, para todos os efeitos legais e contratuais;
 - e)* Anexo 15 ao Contrato de Concessão (“Indicadores e Estatísticas”), cuja versão consolidada encontra-se no Anexo VI ao presente Acordo de 2024, o qual passará a constituir parte

integrante do Contrato de Concessão Alterado de 2024, para todos os efeitos legais e contratuais.

3. As Partes acordam igualmente na eliminação do atual Anexo 3 ao Contrato de Concessão (“Serviço Complementar Rodoviário”), considerando a extinção do serviço rodoviário objeto de regulação deste anexo em 1 de julho de 2022.
4. Todos os Anexos ao Contrato de Concessão não substituídos ou alterados na presente data mantêm igualmente a sua validade e vigência, integrando o Contrato de Concessão Alterado de 2024 e vinculando as Partes nos seus exatos termos e condições, considerando-se todas as referências neles feitas ao “Contrato de Concessão” (ou equivalente) como sendo feitas ao Contrato de Concessão Alterado de 2024.

Cláusula Quarta (Obrigações de investimento)

1. O Concessionário obriga-se a executar, por responsabilidade e risco próprio, todos os investimentos cuja plena e tempestiva realização constitui pressuposto do modelo financeiro constante do Anexo III ao presente Acordo de 2024, nomeadamente os investimentos que se encontram listados no Anexo VII ao presente Acordo de 2024.
2. Caso não seja possível realizar os investimentos previstos no Anexo VII ao presente Acordo, por razões não imputáveis ao Concessionário, este obriga-se a informar o Concedente dessa situação, com a indicação do respetivo calendário de realização, que deverá ser aceite pelo Concedente.
3. Aplica-se ao incumprimento pelo Concessionário das obrigações previstas no n.º 1 o regime previsto na Cláusula 37.^a do Contrato de Concessão, sendo a moldura de penalidades aplicável aquela que se encontra definida no ponto (iii) do n.º 1 da mesma cláusula.
4. Caso, durante a vigência do presente Acordo, o Concessionário venha a receber alguns subsídios, auxílios ou subvenções públicas para a realização de algum ou alguns dos investimentos a que se refere n.º 1, o Concessionário deve comunicar imediatamente este facto ao Concedente, entregando a este a totalidade do valor recebido, dentro do prazo razoável fixado pelo Concedente.

Cláusula Quinta (Caução)

1. Para os efeitos da Cláusula 41.^a do Contrato de Concessão, o Concessionário obriga-se a entregar ao Concedente, até 30 de setembro de 2024 (inclusive), o comprovativo da vigência de uma caução

que, cumprindo integralmente os requisitos estipulados naquela cláusula e as condições da garantia bancária atualmente em vigor, deve ter uma validade até 31 de março de 2031.

2. Caso a caução remetida pelo Concessionário não cumpra as condições estabelecidas no número anterior, o Concedente pode recusar-se a aceitá-la, notificando o Concessionário para, num prazo adicional de 15 (quinze) dias, sanar as desconformidades em causa.
3. A inobservância pelo Concessionário das obrigações previstas nos números anteriores é para todos os efeitos considerada como violação grave do Contrato de Concessão e, consequentemente, como causa de rescisão daquele imputável ao Concessionário.

Cláusula Sexta (Acordo integral)

1. O presente Acordo de 2024 e os respetivos anexos traduzem tudo o que foi acordado e entendido entre as Partes relativamente às matérias aí previstas, incluindo todas as matérias negociadas no âmbito da presente reposição do equilíbrio financeiro.
2. Não podem ser invocados, nem têm qualquer validade ou eficácia, quaisquer documentos que não sejam considerados pelo clausulado do Contrato de Concessão como fazendo parte integrante do mesmo.
3. Com a celebração do presente Acordo de 2024, e condicionado à sua produção de efeitos, o Concessionário declara, à data da sua assinatura, que não se verificam ou existem outros eventos suscetíveis de gerar direito à reposição do equilíbrio económico e financeiro, prescindindo de eventuais reservas de direito formuladas até à data do seu início de vigência.

Cláusula Sétima (Lei Aplicável)

1. O presente Acordo de 2024 é regulado pela Lei Portuguesa, devendo a sua interpretação e integração observar o disposto nas Cláusulas 47.^a e 50.^a do Contrato de Concessão Alterado de 2024.
2. Os eventuais conflitos que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração do presente Acordo de 2024 regem-se pelo estipulado nas Cláusulas 52.^a e 53.^a do Contrato de Concessão Alterado de 2024.

Cláusula Oitava
(Publicidade do Contrato)

1. Com a assinatura do presente Acordo de 2024, e sujeito à sua produção de efeitos, as Partes autorizam a publicitação do mesmo, do Contrato de Concessão Alterado de 2024 e dos respetivos anexos, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, e da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Por solicitação do Concessionário, não serão publicitados os Anexos 5, 6, 6-A e 7 ao Contrato de Concessão Alterado de 2024, por os mesmos conterem informações que considera segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna de uma empresa.

Cláusula Nona
(Assinatura)

1. O presente Acordo de 2024 e os seus anexos, incluindo o Contrato de Concessão Alterado de 2024 e os respetivos anexos, são assinados por meios eletrónicos pelo competente representante do Concedente.
2. O presente Acordo de 2024 e os seus anexos, incluindo o Contrato de Concessão Alterado de 2024 e os respetivos anexos, são assinados por meios eletrónicos pelo competente representante do Concessionário.

Cláusula Décima
(Produção de efeitos)

1. O presente Acordo de 2024 produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ou a partir da data em que o Concessionário comunique ao Concedente a obtenção da confirmação, ainda que não definitiva, pela IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. da viabilidade do Programa de Exploração previsto no Anexo V ao Contrato de Concessão, consoante o que ocorrer mais tarde.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso a pronúncia definitiva da IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. sobre a viabilidade do Programa de Exploração previsto no Anexo V ao Contrato de Concessão seja emitida após a entrada em vigor do Acordo de 2024, e caso essa pronúncia venha a revogar ou alterar o conteúdo da pronúncia não definitiva a que se refere o número anterior, de modo a comprometer os aspetos essenciais do acordo alcançado, as Partes comprometem-se a rever, de boa fé, o presente Acordo de 2024 em conformidade, mantendo os princípios subjacentes ao presente Acordo de 2024, com observância da legislação aplicável.

Lisboa, 27 de setembro de 2024

Pelo Concedente

João Jesus
Caetano

Assinado de forma digital por João Jesus Caetano
Dados: 2024.09.27 13:57:11 +01'00'

João Jesus Caetano

(Presidente do Conselho Diretivo do IMT)

Pelo Concessionário

[Assinatura Qualificada]
Ana Cristina Fernandes
Ferreira Dourado

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Ana Cristina Fernandes Ferreira Dourado
Dados: 2024.09.27 13:43:58 +01'00'

Ana Cristina Fernandes Ferreira Dourado

(Presidente da Comissão Executiva da
Fertagus – Travessia do Tejo, Transportes, S.A.)